



Tribunal Regional Eleitoral
do Tocantins

PLANO DIRETOR JUDICIÁRIO

PDJUD 2025-2027

Setembro de 2025



CONTROLE DE VERSÃO

Data	Versão	Alterações
Setembro/2025	1.0	Elaboração da primeira versão, aprovada no SEI 0008190-75.2025.6.27.8000

SUMÁRIO

I - APRESENTAÇÃO	4
II - METODOLOGIA	5
III - IDENTIDADE ESTRATÉGICA DA SECRETARIA JUDICIÁRIA E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	5
IV - MATRIZ SWOT	6
V - INICIATIVAS SOB RESPONSABILIDADE E PARTICIPAÇÃO DA SJI - PROGRAMA DE GESTÃO 2025-2027	7
VI - OBJETIVOS TÁTICOS E INICIATIVAS - PLANO DIRETOR JUDICIÁRIO 2025 – 2027	9
VII - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	13
VIII - CONSIDERAÇÕES FINAIS	13
IX - REFERÊNCIAS	14

I - APRESENTAÇÃO

Este Plano Diretor Judiciário (PDJUD) da Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE/TO) representa o resultado do desdobramento da estratégia da Justiça Eleitoral do Tocantins, com a definição de seus objetivos táticos, iniciativas e resultados para o biênio 2025-2027 e está alinhado aos pilares da gestão vigente: **integridade, conformidade e produtividade**.



O PDJUD tem como propósito orientar e integrar as iniciativas a serem desenvolvidas pela área judiciária, com vistas à melhoria contínua da governança judiciária, contribuindo para a entrega de benefícios ao Tribunal e à sociedade.

O Plano foi construído de forma colaborativa, com a participação de todas as unidades da Secretaria, o que favorece o engajamento e fortalece o compromisso coletivo com a excelência dos serviços prestados. O PDJUD busca ainda contribuir para o fortalecimento da governança institucional, a valorização da memória da Justiça Eleitoral e a ampliação do acesso à justiça.

Além disso, o plano possui uma estrutura flexível, permitindo revisões sempre que necessário, de acordo com as mudanças no ambiente institucional ou com novas demandas que surgirem. Essa característica garante que o PDJUD continue atual e eficaz ao longo do período de vigência. Eventuais ajustes serão documentados em novas versões, registradas no histórico ao final deste documento.

II - METODOLOGIA

Considerando a relevância do direcionamento coordenado das ações institucionais desenvolvidas pela Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação (SJI) para o alcance das prioridades estratégicas, o presente Plano Diretor foi elaborado em consonância com as diretrizes do Planejamento Estratégico do ciclo 2021-2026.

Os Planos Diretores estabelecem prioridades setoriais e abrangem objetivos táticos, iniciativas e resultados-chave indispensáveis à execução da estratégia institucional. Tais planos articulam as diferentes áreas funcionais do Tribunal, traduzindo os objetivos estratégicos em metas e ações a serem implementadas e continuamente aprimoradas pelas unidades organizacionais.

A gestão estratégica do Tribunal adota a combinação de metodologias complementares: no nível estratégico, utiliza-se o Balanced Scorecard (BSC); já para o desdobramento da estratégia nos níveis tático e operacional – representados pelos Planos Diretores de algumas Secretarias – aplica-se a metodologia Objectives and Key Results (OKR).

O OKR constitui uma metodologia ágil de gestão orientada a resultados-chave, com abordagem simples e objetiva, que promove o alinhamento e o engajamento das equipes em torno de metas claras, mensuráveis e alcançáveis.

III - IDENTIDADE ESTRATÉGICA DA SECRETARIA JUDICIÁRIA E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

MISSÃO

Garantir a tramitação célere e eficiente dos processos, cumprir as decisões judiciais e promover a gestão integrada das informações processuais, partidárias, documentais e históricas, fortalecendo a governança judiciária e o acesso à Justiça Eleitoral.

VISÃO

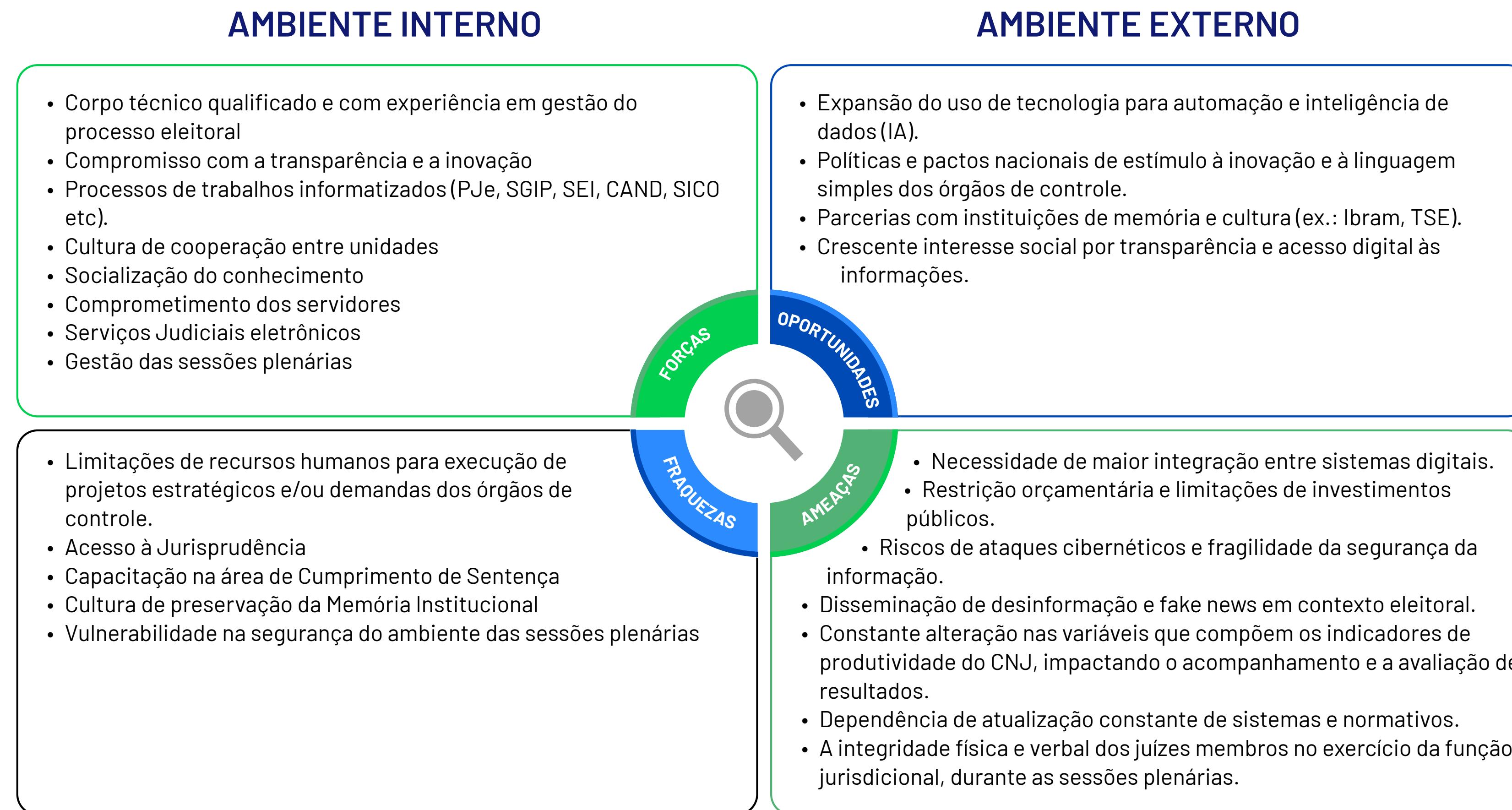
Ser referência em excelência na prestação dos serviços judiciais e de gestão da informação, na preservação da memória institucional e na promoção do amplo acesso da sociedade à Justiça Eleitoral tocantinense.

VALORES

- **Acessibilidade** – garantia de acesso às informações e serviços por todos os públicos, de forma inclusiva.
- **Celeridade** – atuação tempestiva e eficaz na execução das atividades.
- **Cooperação** – trabalho integrado entre unidades e com os parceiros institucionais.
- **Ética** – conduta responsável, íntegra e comprometida com o interesse público
- **Igualdade** – tratamento justo e imparcial a todos os usuários e partes.
- **Inovação** – busca contínua por soluções criativas e tecnológicas que aprimorem os serviços.
- **Transparência** – clareza e abertura na comunicação e nos processos.

IV – MATRIZ SWOT

A Matriz SWOT, associada à Análise PESTAL, constituem instrumentos de diagnóstico estratégico que permitem identificar os fatores internos e externos que influenciam a atuação da Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação. Por meio da análise das **forças, fraquezas, oportunidades e ameaças**, buscou-se compreender melhor o ambiente organizacional, para subsidiar a formulação dos objetivos táticos e orientar a definição de iniciativas que fortaleçam a Justiça Eleitoral no Tocantins no período de 2025 a 2027.



V - INICIATIVAS SOB RESPONSABILIDADE E PARTICIPAÇÃO DA SJI - PROGRAMA DE GESTÃO 2025-2027

As iniciativas da Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação alinham-se aos objetivos estratégicos da Justiça Eleitoral do Tocantins e visam promover inovação, eficiência e transparência na gestão processual, documental e informacional. Com foco na modernização tecnológica, na preservação da memória institucional e na ampliação do acesso a conteúdo normativos e orientativos, buscando garantir clareza, uniformidade e acessibilidade. O conjunto dessas ações reafirma o compromisso do TRE-TO com a excelência, a governança e a valorização da cidadania.

01 – APRIMORAR MECANISMOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO			
OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	FINALIDADE	UNIDADE
	Simplifica JE – Programa de Linguagem Simples	Promover a comunicação clara e acessível na Justiça Eleitoral, por meio da regulamentação do uso da linguagem simples, da difusão dessa cultura institucional e da criação de modelos de atos em linguagem simples no PJe de 1º e 2º graus.	SJI, CPRO, ASPLAN/SJI e CRE

02 – APRIMORAR MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA			
OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	FINALIDADE	UNIDADE
	Portal Acessível: Justiça Eleitoral ao alcance do cidadão	Assegurar que o Portal do TRE-TO seja mais acessível, inclusivo e de fácil interação, por meio da melhoria da interface, da organização do conteúdo e da garantia de acesso à informação para todos os cidadãos.	SJI e COGIN

OBJETIVO ESTRATÉGICO			04 – APRIMORAR MECANISMOS DE GESTÃO PROCESSUAL
INICIATIVA	FINALIDADE	UNIDADE	
Plenário em Tese – Jurisprudência Consolidada do TRE-TO - Precedentes do TRE-TO Consolidados e Estruturados	Consolidar os precedentes do TRE-TO, para servir de fonte de consulta para Juízes e Promotores Eleitorais, Advogados e Candidatos, bem como para a comunidade jurídica em geral.	SJI, COGIN, SEJUR e ASPLAN/SJI	
Gestão Processual Inteligente - Observatório Processual	Automatizar a estatística e o acompanhamento processual	RE, SJI, STI e NUGEST	

OBJETIVO ESTRATÉGICO			05 – PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELATIVOS À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS
INICIATIVA	FINALIDADE	UNIDADE	
Ilícitos Eleitorais em Foco e Proteção à Lisura do Processo Eleitoral	Identificar e julgar com prioridade os processos relativos aos ilícitos eleitorais.	PRES, CRE, SJI e ZES	

OBJETIVO ESTRATÉGICO			09 – APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA E A GESTÃO DE PESSOAS
INICIATIVA	FINALIDADE	UNIDADE	
História Falada: Documentário Institucional da Justiça Eleitoral do Tocantins	Criar um banco de depoimentos sobre o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, por meio de entrevistas em formato audiovisual com servidoras, servidores, magistradas e magistrados. A história da instituição desde sua instalação, as transformações ocorridas ao longo do tempo e sua relação com a sociedade tocantinense.	CPGM, SJI, COGIN e SEBIA	

VI – OBJETIVOS TÁTICOS E INICIATIVAS – PLANO DIRETOR JUDICIÁRIO 2025 – 2027

A definição dos objetivos táticos e respectivas iniciativas decorreu da análise realizada por meio da Matriz SWOT, que permitiu identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas ao ambiente interno e externo da Justiça Eleitoral do Tocantins. Esse diagnóstico estratégico orientou a formulação de ações voltadas ao fortalecimento das capacidades institucionais, à mitigação de vulnerabilidades, ao aproveitamento de oportunidades de inovação e à prevenção de riscos. Assim, os objetivos e iniciativas delineados para o período de 2025 a 2027 traduzem-se em instrumentos de gestão que visam aprimorar a eficiência, a transparência, a acessibilidade e a segurança da Justiça Eleitoral, alinhando-se às diretrizes nacionais do CNJ e do TSE e às necessidades da sociedade tocantinense.

OBJETIVO TÁTICO: PRESERVAR A MEMÓRIA INSTITUCIONAL		
INICIATIVAS	RESULTADOS CHAVE	RESPONSÁVEIS
Comemorar os 80 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral	Evento realizado para divulgação histórica da Justiça Eleitoral.	SEBIA
Comemorar os 37 anos da Justiça Eleitoral do Tocantins	Ação comemorativa e exposição histórica realizadas em alusão aos 37 anos da Justiça Eleitoral do Tocantins.	SEBIA
Realizar exposição dos 30 anos da Urna Eletrônica	Exposição física e virtual realizada em comemoração aos 30 anos da Urna Eletrônica.	SEBIA

OBJETIVO TÁTICO: APRIMORAR A GESTÃO DOCUMENTAL

INICIATIVAS	RESULTADOS CHAVE	RESPONSÁVEIS
Classificar e avaliar as informações nos sistemas digitais	Documentos físicos e digitais classificados, avaliados e adequados aos instrumentos de gestão documental vigentes, com tratamento arquivístico alinhado aos processos.	SEBIA

OBJETIVO TÁTICO: PROMOVER A INOVAÇÃO INSTITUCIONAL

INICIATIVAS	RESULTADOS CHAVE	RESPONSÁVEIS
Criar painel para acompanhar os parcelamentos nos processos de cumprimento de sentença	Mecanismo tecnológico implementado para acompanhamento eficiente e transparente dos parcelamentos em processos de cumprimento de sentença.	SEPROC
Automatizar a emissão de Certidão Circunstanciada no SGIP.	Automação da emissão de Certidão Circunstanciada no SGIP, assegurando maior agilidade, precisão e eficiência.	SEAPEX
Justiça Acessível: Quitação de débitos com clareza e simplicidade	Espaço de orientação sobre pagamento de débitos judiciais disponibilizado na página institucional do TRE-T0, em linguagem simples e inclusiva.	ASPLAN/SJI

OBJETIVO TÁTICO: APRIMORAR A GESTÃO E A DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS E INFORMAÇÕES ELEITORAIS.

INICIATIVAS	RESULTADOS CHAVE	RESPONSÁVEIS
Elaborar o Livro de Normas Eleitorais e Partidárias em formato digital	Livro de Normas Eleitorais e Partidárias digital elaborado e disponibilizado para consulta.	SEDIP
Produzir as Cartilhas Eleitorais temáticas em formato digital (Propaganda Eleitoral, Registro de Candidaturas, Ações e Representações e Crimes Eleitorais)	Cartilhas Eleitorais temáticas digitais produzidas e disponibilizadas, oferecendo orientação didática sobre temas do processo eleitoral de 2026.	SEDIP
Produzir as Cartilhas Eleitorais temáticas	Cartilhas Eleitorais bilíngues indígenas produzidas e disponibilizadas, promovendo orientação didática e participação cidadã nos povos xerente, karajá, krahô e apinajé	SEDIP
Elaborar Manual Digital de Procedimentos: Juntas Eleitorais	Manual de Procedimentos das Juntas Eleitorais digital elaborado e disponibilizado, padronizando informações sobre composição, competências e funções para orientação de servidores e magistrados	COGIN
Criar Guia Digital de Pesquisa de Jurisprudência do TRE-TO e do TSE.	Guia digital de pesquisa de jurisprudência do TRE-TO e do TSE criado e disponibilizado, facilitando o acesso e a consulta às decisões eleitorais.	COGIN

OBJETIVO TÁTICO: APRIMORAR A GOVERNANÇA/GESTÃO JUDICIÁRIA

INICIATIVAS	RESULTADOS CHAVE	RESPONSÁVEIS
Criar formulário para aferir o nível de satisfação do atendimento interno da SJI, por seção.	Formulário para aferir a satisfação do atendimento interno da SJI criado e disponibilizado, permitindo identificar pontos fortes e oportunidades de melhoria.	ASPLAN/SJI

Objetivo Tático: Garantir orientação e transparência nos procedimentos de registro de candidaturas e propaganda eleitoral

INICIATIVAS	RESULTADOS CHAVE	RESPONSÁVEIS
Promover reunião com representantes de partidos políticos e candidatos para a elaboração do Plano de Mídia.	Reunião realizada com partidos e candidatos para distribuição do tempo de propaganda eleitoral	SEAPEX
Promover reunião com representantes de partidos políticos, advogados e demais interessados para orientação sobre a utilização do sistema CANDEX no Registro de Candidaturas.	Reunião realizada com partidos, advogados e interessados para orientar sobre o uso do sistema CANDEX no Registro de Candidaturas	SEAPEX
Coordenar e acompanhar a equipe responsável pela recepção e análise da documentação apresentada pelos pretendentes candidatos no Registro de Candidaturas.	Equipe cadastrada no sistema e acompanhamento realizado quanto à recepção e análise da documentação dos pretendentes candidatos no Registro de Candidatura	COGIN e CPRO

VII - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação da execução do Plano Diretor Judiciário serão realizados por meio de relatórios quadrimestrais, elaborados pela Assessoria de Planejamento e Gestão da Secretaria Judiciária, com base nas informações prestadas pelas unidades responsáveis. Esses relatórios apresentarão a análise do cumprimento dos prazos e dos resultados estabelecidos.

A supervisão geral do processo de acompanhamento e da análise crítica dos resultados ficará a cargo do titular da Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação (SJI), com o apoio técnico da Assessoria de Planejamento.

Compete aos Coordenadores da SJI acompanhar a execução das iniciativas sob responsabilidade de suas unidades, assegurando o cumprimento da execução das iniciativas previstas no PDJUD e prestando as informações necessárias ao monitoramento e à avaliação dos resultados.

Os dados consolidados serão apresentados quadrimensralmente nas reuniões de análise da estratégia e/ou sempre que solicitados, de modo a subsidiar a revisão do Plano e a prestação de contas à Administração do Tribunal.

O acompanhamento das entregas essenciais será realizado pelos monitores, utilizando painéis gerenciais alimentados na ferramenta Monday, bem como nos processos administrativos (SEI), sendo criado um processo específico para cada iniciativa, de forma a garantir a rastreabilidade, a transparência e a efetividade do controle das ações.

VIII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Plano Diretor Judiciário da Secretaria Judiciária do TRE-T0 para o período de 2025 a 2027 é um instrumento de gestão estratégica que visa consolidar a atuação institucional com foco na inovação, acessibilidade, memória institucional e aprimoramento dos serviços prestados à sociedade. A execução coordenada das ações permitirá avançar no compromisso com a transparência, a inclusão e a eficiência da Justiça Eleitoral tocantinense.

IX - REFERÊNCIAS

Instrução Normativa nº 7/2018 - Dispõe sobre o sistema de Governança e Gestão no âmbito da Justiça Eleitoral do Tocantins. <https://www.tre-to.jus.br/legislacao/compilada/instrucao-normativa/2018/instrucao-normativa-no-7-de-4-de-outubro-de-2018>

Resolução TRE-TO n.º 500 de 26 de fevereiro de 2021 - Aprova o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins para o período 2021-2026 e dá outras providências. <https://www.tre-to.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2021/resolucao-no-500-de-26-de-fevereiro-de-2021>

Planejamento Estratégico do TRE-TO 2021-2026. <https://www.tre-to.jus.br/institucional/planejamento-e-gestao/gestao-estrategica/planejamento-estrategico-2021-2026/planejamento-estrategico-2021-2026-v8.0/@@display-file/file/PETRE%25202021-2026%25208.1%25202025.pdf>

Programa de Gestão para o Biênio 2025-2027. <https://www.tre-to.jus.br/institucional/planejamento-e-gestao/programa-de-gesao-1/arquivos-programa-de-gestao/programa-de-gestao-2025-2027/@@display-file/file/Programa%2520de%2520Gest%25C3%25A3o%25202025-2027.pdf>

EQUIPE DA SECRETARIA JUDICIÁRIA E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

SECRETÁRIO JUDICIÁRIO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Vick Mature Aglantzakis

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DA SECRETARIA JUDICIÁRIA E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Wagna Cristiane Ribeiro dos Santos

GABINETE DA SECRETARIA JUDICIÁRIA E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Rosane Rodrigues Farias

COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO

Carlos Ancelmo Gomes e Lima

SEÇÃO DE ACÓRDÃOS, RESOLUÇÕES E APOIO AO PLENO

Paula Nayanne Bezerra Barbosa dos Santos
Cláudia Pricila Gomes Carvalho
Fabiana Aguiar Elia

SEÇÃO DE PROCESSAMENTO I

Adriana Karla Albuquerque Santos Martins
Jucilea Brito da Silva Oliveira
Adriani de Sá

SEÇÃO DE PROCESSAMENTO II

Adelson Ramos de Meira
Fabrício Barros Soares

COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Wagner Pereira Nogueira

SEÇÃO DE BIBLIOTECA E ARQUIVO

Maria Zita Rodrigues Vilela Dias
Luciano Quintão Wotkosky
Ferdy Nando Dias Fernandes
Marineide Carvalho da Rocha
Wagner Pereira Ramos

SEÇÃO DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Maria do Carmo Barbosa
Veronica Bandeira Martins

SEÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Sergio Luiz Gonçalves da Silva
Saulo Gomes da Rocha

SEÇÃO DE ANOTAÇÕES PARTIDÁRIAS, PROTOCOLO E EXPEDIÇÃO

Lara Alves Araújo Lins
Viturino de Souza Lima Albuquerque
Jefferson Bibiano Teles Gramacho
Mateus de Carvalho Miranda



QTRE-TO
SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE
NBR ISO 9001

